

Distribuição de conteúdo audiovisual: configurações de fronteiras em escala mundial

Distribution of audiovisual content: settings borders on a global scale

CHALINI TORQUATO GONÇALVES DE BARROS

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Bolsista do CNPq.

E-mail: chalinibarrosgmail.com

Resumo

A caracterização contemporânea do cenário marcado pela globalização dos mercados dá o tom do processo de reestruturação capitalista que aqui é estudado, fruto de um amadurecimento histórico do sistema de produção que reformula suas formas de expansão assimilando novos setores sociais que antes lhe estavam alheios, como foi o caso da produção cultural. Tendo se comprovado como fundamental para a consolidação de um imperialismo colonial contemporâneo, a indústria cultural atua na reprodução simbólica estratégica da hegemonia consentida de Gramsci e é fortemente defendida via liberalização do setor pelos organismos internacionais. A idéia aqui é estabelecer uma convergência teórica entre as teorias marxista e crítica das Relações Internacionais, juntamente com uma contribuição fundamental da Economia Política da Comunicação a fim de compreender as lógicas que orientam a distribuição audiovisual na contemporaneidade. Estabelecendo um parâmetro discursivo entre a mercadoria cultural e o que é defendido por alguns países como "exceção cultural".

Palavras chave: capitalismo, produção cultural, diversidade, relações internacionais e emancipação.

Introdução

O estudo da globalização como um fenômeno presente na constituição da sociedade contemporânea levanta questionamentos sobre o cenário mundial que a partir daí se configura. As adaptações exigidas de toda a sociedade - e fazem parte do que por muitos é chamado de Sociedade da Informação - se enquadram num processo advindo da reestruturação capitalista iniciada na década de 1970. As repercussões deste período são impulsionadas sobremaneira pelo avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação marcando uma fase de transição do sistema que passou de seu estágio inicial, configurado numa lógica industrial fordista/taylorista clássica, para uma nova roupagem de ordem mais flexível, mas também

pela reformulação estrutural oriunda da transnacionalização de uma economia de escala.

Neste sentido, uma série de características vai reformular o capitalismo de seu estado bruto para uma formatação na qual os mecanismos de mercado, lógicas de produção e distribuição se expandem e passam a ser incorporados em novos setores da vida social como a produção intelectual e cultural. À este estudo se dedica a Economia Política da Comunicação como vertente teórica voltada a examinar a maneira como a lógica de produção capitalista atua na disposição da atual "economia do conhecimento". Tais parâmetros de competitividade e busca acirrada de lucro vão atuar não apenas na constituição de redes de informação, aqui tomadas como elementos estratégicos de atuação político-econômica, mas também em

tudo o setor de comunicações.

O presente artigo se propõe a analisar este cenário com o intuito de compreender a maneira como tais lógicas globais de produção e comercialização interferem e caracterizam a circulação de produtos audiovisuais além das fronteiras nacionais. Neste ambiente, observa-se como as articulações diplomáticas vão se estabelecer na configuração política acerca do projeto de Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais que reconhece a especificidade dos bens e serviços culturais de maneira a garantir que cada governo tenha a liberdade de aplicar medidas legislativas de maneira a preservar seu patrimônio cultural.

A conjuntura estabelecida no embate entre a defesa de tais interesses da diversidade cultural e a expansão do fluxo de distribuição necessária à indústria cultural norte-americana, portanto, é aqui concebida a partir da tradição teórica marxista e da teoria crítica das relações internacionais, assim como da economia política da comunicação.

Tradição teórica marxista e teoria crítica das relações internacionais

A contribuição teórica marxista para o estudo das relações internacionais (RI) realizou-se através da apropriação de suas noções principais por autores que se dedicaram a esta proposta. Do marxismo são incorporadas, portanto, a influência do contexto constituído pelas relações e meios de produção estabelecendo o elo de base econômica sobre o qual se dá o desenvolvimento da sociedade (lutas de classe, propriedade privada dos meios de produção etc.).

Algumas das premissas marxistas, no entanto, foram observadas dentro de ressalvas para

as quais se buscaram refinamentos teóricos que não diminuíram sua imprescindibilidade no que se refere à análise do capitalismo como sistema de produção. Por esta tradição teórica qualquer tentativa de se estudar as políticas no mundo deve ser baseada na compreensão ampla do processo em que são operadas dentro do capitalismo (HOB DEN, 2001).

Da leitura marxista para as relações internacionais um fator crucial é também o recuo do Estado diante da consolidação de conglomerados multinacionais, alguns dos quais apresentam poder econômico tão elevado que chegam mesmo a superar o de alguns estados-nações. Isso não significa, porém que, no cenário colocado, o Estado tenha perdido importância. Ele se caracteriza como peça chave na legitimação de políticas defensoras dos interesses da classe dominante (dentro e fora dele) numa relação de submissão e dependência ao capital. A desregulamentação dos mercados internacionais se torna essencial na consolidação neoliberalista a partir da qual sua regulação não é dada senão baseada na livre concorrência. O papel do Estado é reduzido, então, ao controle administrativo para que esta liberdade não seja ameaçada.

Consolida-se, assim, uma relação explicada pela Teoria da Dependência abordada dentro da escola Latino-Americana segundo a qual países periféricos (geralmente ex-colônias) apresentam suas economias atreladas à das grandes potências. A dinâmica de dominação é explicada ainda pela teoria de "sistema-mundo" de Immanuel Wallerstein que pode ser compreendida ainda como "império-mundo" ou como "economia-mundo" (HOB DEN, 2001). Na primeira um sistema político centralizado usa o

seu poder para redistribuir recursos das áreas periféricas para a área central (como, por exemplo, através do pagamento de tributos). Já na segunda não existe exatamente um centro de autoridade política, mas múltiplos centros de poder de modo que o repasse de recursos não é dado via decreto, mas via mercado.

Não é necessário muito esforço para se perceber que mesmo em se tratando de mecanismos diferenciados, o objetivo final nos dois casos se caracteriza da mesma forma: o repasse de recursos das periferias para o centro econômico internacional.

O deslocamento de uma forma para a outra seria o que alguns autores chamam de uma nova forma de imperialismo. Os desgastes econômicos que guerras e conquistas de novos territórios causavam as metrópoles já não mais justificavam tais batalhas. Percebeu-se, portanto, que o imperialismo não era necessário ao capitalismo de maneira que novas formas de dominação se faziam mais lucrativas (LUARD, 1992). Trata-se de mecanismos de monopólios capitalistas a partir dos quais se estabelecem relações assimétricas entre centros e periferias (agora se dando entre países industrializados e não-industrializados) e para os quais se tornava fundamental a descolonização para a criação de novos mercados onde se projetavam as novas "ações civilizadoras", desta vez, com a bandeira da industrialização.

Compreende-se que [...] os movimentos de libertação nacional das periferias se propuseram por objetivo da industrialização de seus países - com a finalidade de "recuperar o atraso" [...] a antiga forma de imperialismo é página virada. (AMIN, 2005, p.87-88)

Luiz Toledo Machado (1999) afirma que o que se pretendeu chamar de Teoria da Dependência é uma obviedade histórica, pois o modelo neocolonial já era

descrito desde o século XIX quando, então, o sistema político das nações hegemônicas impôs às ex-colônias um novo modelo sócio-econômico e político de exploração em nome do liberalismo triunfante.

O que importa, nesta altura, é examinar o novo modelo colonial, quando o antigo da divisão internacional do trabalho e da distribuição da renda internacional se esgotou. O capitalismo mundializado passou a aplicar novos mecanismos de apropriação do excedente periférico pela via das empresas transnacionais e do sistema financeiro especulativo, aliando-se às burguesias emergentes locais. (MACHADO, 1999, p. 199)

Para Cox e Sinclair (1996) por sua vez, o sistema imperial seria mais ou menos do que o Estado. Seria mais na medida em que se trata de uma estrutura transnacional com relação de complementaridade entre centro e periferia, mas seria menos do que o Estado no sentido de que o Estado posto pelo neoliberalismo é fragmentado em sua imagem e se projeta ao mesmo tempo pró e contra o sistema imperial. O Estado seria, pois, para Cox "uma categoria necessária mas insuficiente no que se refere ao sistema imperial". (COX e SINCLAIR, 1996, p. 107)

Robert Cox é um expoente da teoria crítica das relações internacionais, linha das ciências sociais que representa uma variação

do pensamento marxista da década de 1920 emergente na Escola de Frankfurt. Fortemente influenciado por Gramsci, Cox compreende a sociedade política - ao que Gramsci chamou de "Estado em sentido estrito" ou "Estado-coerção" - como uma representação do conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência legitimada¹. As configurações desta estrutura, suas instituições e relações de poder, não são dadas ou estanques (imutáveis), mas referem-se à caracterização hegemônica que está presente na relação entre três categorias de estrutura histórica: as capacidades materiais, as idéias e a institucionalização. Tais categorias são aplicadas, segundo três níveis de análise ou esferas de atividade: formas de Estado, forças sociais e ordens mundiais².

Os três elementos atuam em relação de reciprocidade. A capacidade material representa o potencial produtivo ou mesmo destrutivo. As idéias representam significados intersubjetivos, valores compartilhados ou valores conflituosos. As instituições são as ferramentas para estabilizar a ordem, elas refletem as relações de poder do momento em que foram originadas.

Mudanças na organização da produção geram novas forças sociais que modificam a estrutura dos Estados; e a generalização das mudanças na estrutura dos Estados altera a problemática da ordem mundial. O movimento inverso também é verdadeiro. A problemática da ordem mundial pode dar contornos específicos às políticas dos Estados e afetar o desenvolvimento das forças sociais, ao valorizar os interesses de uma classe em

detrimento das outras. (COX, 1986, p. 219)

Cox (1981) compreende, então, que tratando-se de uma construção histórica (com referenciais espaço e tempo), tal dinâmica jamais pode ser compreendida de maneira dada (crítica a inevitabilidade e imutabilidade). Assumi-la desta forma é negar a possibilidade de emancipação e a ordem internacional, ao contrário está em constante transformação. A teoria crítica, porém, ao contrário das teorias tradicionais de *problem solving*³, se presta a

[...] um papel de guia para a ação estratégica, isto é, para a ação transformadora. Muito mais do que um rele instrumento para analisar seu objeto de estudo, a teoria passa a ter uma função nessa ação. Da mesma forma que cientistas não se devem deixar iludir por um véu de pretensa neutralidade - já que eles próprios compõem seu objeto de estudo, carregam e cultivam valores, interesses particulares -, a ciência também não é neutra. Pode haver uma teoria interessada na manutenção da atual ordem das coisas, como pode haver teorias interessadas em sua transformação. (MENESES SILVA, 2005, p. 260)

Dessa forma, a partir do pressuposto de que "A teoria é sempre para alguém e para alguma finalidade" (COX, 1981) podemos entender que "o conhecimento que a teoria crítica persegue não é neutro; é política e eticamente carregado por um interesse na transformação social e política" (MENESES SILVA, 2005, p. 258). A teoria crítica coxiana é, portanto fortemente marcada pela preocupação com a transformação

¹CECCATTO, Dirceu Ricardo Lemos. *O Comando Vermelho e a Ordem Mundial*. UNICEUB. Disponível em: <www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/166/285>. Acesso em: 16 jan. 2008.

² Ibid.

³ Teorias que tradicionalmente são voltadas para a busca de resolução de problemas.

da realidade social e política, numa clara defesa da emancipação sendo, para isso, necessário compreendê-la em suas nuances constitutivas e questionar como as dinâmicas de tais relações são dadas.

É através de tal naturalização da ordem vigente que a hegemonia aqui, interpretada de Gramsci, se caracteriza como uma ordem incontestada aceita de maneira passiva, combinando coerção e consentimento.

os valores morais, políticos e culturais do grupo dominante são dissipados por meio das instituições da sociedade civil, obtendo o status de significados intersubjetivos compartilhados, daí a noção de consentimento. As ideologias dominantes proliferam-se de tal maneira que passam à qualidade de senso comum. (MENESES SILVA, 2005, p. 264-265)

Trata-se de um dos principais pontos de contestação da teoria crítica, como colocado por Linklater (1996), numa análise dedicada a enumerar as realizações da teoria crítica dentro do campo das RI. Ela opõe-se à noção de uma estrutura imutável da ordem social, principalmente quando esta produz e reproduz desigualdades e injustiças. Linklater afirma ainda a necessidade de superação das limitações teóricas marxistas como a incorporação realizada por Jürgen Habermas de elementos como gênero e raça às tradicionais noções marxistas de classes e de modos de produção. Para Linklater, Marx supervaloriza o papel das lutas de classe em sua abordagem da resistência política à exclusão social sistemática em detrimento de lógicas mais amplas dentro do domínio prático e moral. (LINKLATER, 1996)

Contribuição da economia política

Um link analítico também fundamental no contexto estudado é o da Economia Política da Comunicação e da Cultura, uma construção teórica crítica iniciada na Europa durante a segunda metade da década de 1970. Tal linha também advinda principalmente da tradição marxista emerge como resposta às inquietações causadas quando a mídia, mais especificamente as estruturas de produção audiovisual, passam por significativas transformações se submetendo gradativamente às lógicas de produção capitalistas.

Com a redução da produção cultural ao caráter de produto comercializável constata-se uma urgente necessidade da alteração de sua unicidade uma vez que produtos originais (no sentido de diferenciado, único) oferecem altos riscos quanto à aceitação de mercado. Dessa forma, percebe-se a opção por padrões estandardizados de produção do bem cultural, como forma de reduzir o risco da "aleatoriedade da valorização" e optando, assim, por modelos de sucesso garantido (BOLAÑO, 2000, p.283). Assumindo caráter de produto comercializável em larga escala, aqueles que não apresentarem aceitação imediata, ou caírem em desuso, são imediatamente substituídos por outros que respondam melhor a tais exigências. Trata-se, portanto, de uma subsunção ao capital que procura alterar cada vez mais o caráter efêmero da produção cultural e submete artistas ao regime assalariado de exploração do trabalho em troca da mercadoria simbólica que eles possam oferecer. (ZALLO, 1988)

Um exemplo característico deste cenário é a produção e

distribuição internacional de conteúdo audiovisual que passa a se dar claramente orientada por uma lógica de divisão de trabalho incorporando a técnica industrial de produção serial, numa analogia que claramente justifica a aplicação frankfurtiana na expressão "indústria cultural".

A produção audiovisual recobre uma divisão de trabalho, tanto na concepção (roteiro, diálogos, etc.) quanto na feitura do produto (diferentes ofícios técnicos, artistas etc.) dando origem a toda uma hierarquia de funções que faz com que cada grupo de trabalhadores se relacione de forma diferente com o capital. (BOLAÑO, 2000. p. 187)

Os artistas responsáveis pela elaboração de programas são, então, sistematicamente substituídos por executivos que passam a operar com esquemas bem conhecidos de gestão empresarial e marketing. O valor estratégico da cultura é reconhecido na medida em que "o valor econômico da mercadoria cultural é acima de tudo o fruto da conversão de um valor simbólico". (BOLAÑO, 2000, p. 199)

Desta maneira, a produção audiovisual se submete a uma apropriação extremamente nociva de características de produção capazes de alterar fundamentalmente o trabalho criativo. Quando a comunicação cultural se submete a tais lógicas de mercado ela sofre uma modificação em sua própria essência e prejudica diretamente o seu caráter de bem público, identidade cultural e livre expressão emancipadora.

Quadro analítico

Como colocado anteriormente, o

recorte analítico aqui realizado parte do quadro internacional de distribuição audiovisual a fim de confrontar e identificar elementos característicos desta conjuntura com o levantamento teórico realizado.

O setor de tecnologias da informação apresenta importância bastante significativa na nova configuração da realidade global. O controle simbólico, realizado por aqueles que exercem o domínio sobre a informação que é produzida, é por Dizard Junior (2000) caracterizado como um neofascismo. Trata-se, pois, sem dúvidas de um mecanismo estratégico reconhecido e fortemente utilizado pelos norte-americanos em sua consolidação e renovação imperialista. Não é a toa que em 1998 o setor era o segundo maior empregador nos EUA e representava recentemente cerca de 7% das exportações norte-americanas. (FLÔRES, 2006)

Alguns dados são cruciais na caracterização do império multimídia contemporâneo. Ramonet (1999) afirma que se a Europa representa 40% do mercado da mídia global, os EUA como um único país detém outros 40%, enquanto o restante do mundo se reduzia a 20%. No que se refere às empresas multinacionais de produção audiovisual, não se pode negar que, num cenário de constante expansão de mercados, mais uma vez o domínio é norte-americano.

As duas maiores, a Disney e a Time Warner, praticamente triplicaram em tamanho nesta década. Cerca de cinquenta empresas são responsáveis pela imensa maioria (em termos de receita) da produção mundial de filmes e da produção de programas de TV além de serem as donas de canais de transmissão por cabo e de sistemas de cabo e satélite; publicação de livros, publicação

de revistas e produção de música.
(BIERNAZKI, 2000, p. 49)

A estratégia norte-americana é dada pela consolidação de um mercado único de imagens, através de uma cultura dita global, fortalecida essencialmente pela busca de valores culturais universais pretensiosamente alinhados ao american way of life como parâmetros de globalidade (MATTELART, 2000). Tal propósito se encaixa numa necessidade constante de desregulamentação dos mecanismos nacionais protecionistas a fim de permitir uma melhor circulação de informações e distribuição de conteúdo, ampliando, assim, as possibilidades de mercado. Como a produção audiovisual é altamente custosa para países com problemas econômicos, os EUA oferecem grande facilidade comercializando ali produtos a um custo relativamente baixo e com retorno garantido gerando dependência e um vício bastante nocivo à produção cultural destes países. (BIERNAZKI, 2000)

A questão da diversidade cultural tornou-se bastante presente na atualidade dentro âmbito das relações internacionais dadas às discussões em torno da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Canadá e França exerceram papel fundamental dando o pontapé inicial ao debate sobre o que se chamou de "exceção cultural" que conferia o caráter específico da produção deste tipo de bem, como forma de protegê-lo de regras de mercado. Posteriormente, por conta de refinamentos conceituais, a expressão mais utilizada passou a ser a de "diversidade cultural" e sobre ela se buscou um instrumento normativo equivalente ao status de outras normas do direito internacional.

A convenção reconheceria a especificidade dos bens e

serviços culturais; o direito de cada governo de tomar qualquer medida legislativa, jurídica ou financeira para a preservação de seu patrimônio cultural e lingüístico nacional; finalmente, a necessidade de cooperação com os países do Hemisfério Sul, por exemplo, sob a forma de acordos de co-produção cinematográfica ou audiovisual, que lhes permitiriam ter acesso aos auxílios nacionais e às redes de difusão dos países desenvolvidos. (CASSEN, 2003)

A convenção internacional aprovada, então, em outubro de 2005 por 148 dos 154 países que votaram na 33ª Conferência Geral da UNESCO, consagra o reconhecimento do direito soberano dos Estados na formulação de políticas públicas destinadas a proteger e promover a diversidade cultural. Sua aplicação, no entanto, se expande além do setor audiovisual, tornando-se um instrumento de proteção e promoção das expressões culturais e simbólicas em seus territórios e internacionalmente "uma vez que se destina à 'multiplicidade de formas pelas quais as culturas de grupos e de sociedades encontram sua expressão'" (MATTELART, 2005b). Na prática, a convenção, que já é considerada por muitos como o "protocolo de Kyoto da cultura", se caracteriza numa tentativa de reorientar a tendência dominante na globalização de homogeneizar e padronizar a cultura, dentro do que Jacques Chirac chamou de

esperança de uma mundialização mais respeitosa em relação à identidade dos povos; é um progresso importante num mundo que necessita proteger a diversidade cultural e organizar o diálogo de culturas com respeito a todos e em conformidade com os ideais da

Declaração Universal dos
Direitos Humanos⁴

Alinhada com este discurso da necessidade de um direito internacional que ratifique o tratamento especial dos bens e serviços culturais estavam principalmente a Alemanha, o Canadá, a França, a Grécia, o Marrocos, o México e os países de língua francesa, além do restante da União Européia (CASSEN, 2003). Uma posição contrária era, porém, sustentada por governos como os dos Estados Unidos, da Austrália e do Japão, que compreendiam nesse texto "apenas uma expressão de protecionismo a um setor que deveria supostamente, como todos os outros serviços, seguir a regra única do livre-comércio." (MATTELART, 2005)

A intenção norte-americana é pressionar em prol da maior desregulamentação possível a fim de garantir a liberdade total de circulação de seus conteúdos por todo o planeta⁵: "abrir as fronteiras do maior número de países ao 'livre fluxo da informação' redundaria em favorecer os mastodontes americanos das indústrias de comunicação e do lazer" (RAMONET, 1999, p. 157). Bernard Cassen (2003) afirma, por sua vez, que "para satisfazê-los plenamente seria necessário que 100% dos filmes projetados nos grandes e pequenos cinemas, bem como 100% das músicas ouvidas na Europa viessem do outro lado do Atlântico." O que, segundo ele, praticamente já acontece em certos países do ocidente. Efeitos deste tipo podem ser perfeitamente observados no Brasil.

Os EUA defendem o livre comércio dos bens culturais, ou seja, a circulação dos produtos culturais no mundo sem barreiras protecionistas. O que contribui, por exemplo, para que

*85% dos filmes exibidos no planeta sejam norte-americanos, para que, nas férias de julho do ano passado [2004], 2/3 das salas de cinema do Brasil estivessem ocupadas com a exibição de dois sucessos holywoodianos e que diversos filmes brasileiros não tenham conseguido sequer estreiar.*⁶

Mattelart (2000) coloca que, com a finalidade de defender as "auto-estradas da informação" os norte-americanos, através de suas instituições representativas, chegaram mesmo a deslocar o conceito de "liberdade de expressão" para "liberdade de expressão comercial". A terminologia corresponderia a nada mais do que uma garantia da liberdade do cidadão quanto ao seu "poder de consumidor" que deveria ser defendida pelas instituições democráticas para que não se prejudicasse a livre concorrência e a liberdade de escolha. (MATTELART, 2000, p.142)

As instituições internacionais democráticas a que Mattelart se refere aqui (o Fundo Monetário Internacional - FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio - OMC) sem dúvida apresentam papel fundamental no processo de defesa dos interesses liberais norte-americanos. Como democráticas, é necessário ressaltar, neste contexto, entenda-se as políticas fortemente alinhadas à tradição liberal. Cassen (2003) é enfático ao constatar que diferente das guerras levadas a cabo em momentos históricos anteriores, na guerra simbólica estabelecida "hoje é a OMC que exerce o papel de canhão" (CASSEN, 2003). Não poderia ser de outro modo já que o funcionamento desta instituição está inteiramente a serviço da desregulamentação dos mais diversos setores da sociedade. "Os

⁴ DIVERSIDADE CULTURAL. *Notícias do MinC*. Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?p=12398&more=1&c=1&pb=1> Acessado em: 02 fev. 2008.

⁵ Ao que já era defendido muito antes pelo ex-presidente norte-americano Albert Gore, em 1995, sob a definição de "*Information superhighways*".

⁶ DIVERSIDADE CULTURAL. *Notícias do MinC*. Ibid.

maiorais de Hollywood e seus porta-vozes em Washington [...] descabelam-se na OMC contra a própria idéia de "exceção" e de "soberania" culturais, de cotas de difusão de obras européias etc." (CASSEN, 2003). De uma maneira geral, podemos afirmar, portanto, que o papel da OMC como instituição dentro do mercado de distribuição audiovisual é definido pela defesa da total liberalização do seu conjunto de serviços (bem como os de todo o setor de telecomunicações), sem nenhum tipo de restrição, a fim de que fiquem abertos à concorrência de empresas norte-americanas.

Conclusão

Dentre os elementos de análise oferecidos pelo levantamento teórico aqui realizado num cruzamento entre duas teorias das relações internacionais, teoria marxista e teoria crítica, colocadas lado a lado com a abordagem econômica política do setor específico em questão, podemos constatar a indiscutível viabilidade elucidativa desta aplicação.

A alteração do papel do Estado no cenário apresentado, recuo vertiginoso diante das forças de capital, é por Marx explicada como uma subsunção ao grupo dominante, ou mais precisamente, numa abordagem gramsciana, ao grupo hegemônico. O imperialismo norte-americano na indústria audiovisual trabalha com suas instituições, com destaque para a OMC, fundamentalmente "para arrancar tudo o que reste de legislações nacionais e obrigar o conjunto das sociedades a se subordinar à ordem mundial única das finanças". (CASSEN, 2003)

A naturalização da ordem vigente, colocada por Cox, se dá numa combinação de coerção e

consentimento sustentada pelo domínio simbólico através do qual as relações de produção assimétricas são constantemente recriadas. Ela é legitimada pelas instituições internacionais que não se interessam pela defesa do patrimônio comum, como seria esperado delas, mas pela busca incessante da "liberalização excessiva de todos os interstícios da vida". (MATTELART, 2006, p. 18)

Baseada nesta defesa constante da expansão da transferência massiva de capital das periferias em direção ao centro está representada uma das contradições inerentes do capitalismo (AMIN, 2005, p. 83). Têm-se comprovado ao longo dos anos que, com a trajetória de desigualdades a que o mundo assiste, a lógica acumulativa tende a exaustão de setores e sociedades e que aqueles desafortunados colocados à margem deste processo estão longe de alcançar as promessas de progresso cunhadas pelos defensores do neoliberalismo. A insatisfação com a situação vigente das sociedades exploradas se faria reconhecer, portanto, pelas ações de emancipação a que a teoria crítica e marxista fazem alusão.

O impacto nocivo anteriormente mencionado da assimilação sem precedentes da lógica capitalista na produção cultural é então aqui compreendido. Seu deslocamento ao caráter de mercadoria gera um impacto social negativo não somente pela restrição ao capital de um bem coletivo, mas pela interferência que este tipo de produção massiva e estandardizada confere à essência do produto artístico em si que tende, então, a se afastar de sua finalidade originalmente emancipadora.

A promessa da Convenção aprovada em 2005 seria justamente evitar esta distorção da produção cultural e agir fortemente no sentido oposto, o da mobilização popular. O

papel da sociedade aqui é reconhecido como fundamental para a promoção da diversidade e emancipação. Como a própria teoria crítica defende, então, a situação imperialista norte-americana não deve ser encarada como algo imutável. Se ela foi constituída historicamente e se é consequência da relação entre os elementos formas de Estado, forças sociais e ordens mundiais, ela também apresenta possibilidades de ser desconstruída e revertida.

Referência

- ALMEIDA SANTOS, Sandro Martins. *Relações Culturais Internacionais e Teoria Crítica: estudando a legitimação do inglês como língua internacional*. I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). 2007.
- AMIN, Samir. O Imperialismo, Passado e Presente. In: *Tempo* (RJ), n.18, 2005.
- BARRETO, Petrus. O audiovisual no comércio internacional e os debates na OMC. *Revista Tela Viva*. Janeiro/fevereiro 2005, n° 146. Disponível em: <<http://www.telaviva.com.br/revista/146/artigo.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2007.
- BIERNAZKI, Willians. Globalização da comunicação. *Comunicação & Educação*, São Paulo (19): 46 a 65, set/dez. 2000.
- BOLAÑO, C. R. S. *Indústria cultural, informação e capitalismo*. São Paulo: Hubitec, 2000.
- CASSEN, Bernard. *A Questão da diversidade cultural*. *Le Monde Diplomatique*. Set. 2003. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2003-09,a737>>. Acesso em: 02 fev. 2008.
- _____. Inventar um protecionismo altruísta. *Le Monde Diplomatique*. Fev. 2003. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2000-02,a1614>>. Acesso em: 02 fev. 2008.
- CECCATTO, Dirceu Ricardo Lemos. *O Comando Vermelho e a Ordem Mundial*. UNICEUB. Disponível em: <www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/166/285>. Acesso em: 16 jan. 2008.
- COX, Robert W. *Social Forces, States and World Order: Beyond International Relations Theory*. In Keohane, Robert (ed.). *Neorealism and its critics.*, p.204-254 New York: Columbia University Press, 1986 (1981).
- _____. SINCLAIR, T. J. Social Forces, States and World Order. In: COX, Robert W.; SINCLAIR, T. J. *Approaches do World Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996 pp. 60-84.
- DIVERSIDADE CULTURAL. *Notícias do MinC*. Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?p=12398&more=1&c=1&pb=1> Acessado em: 02 fev. 2008.
- DIZARD JR, Wilson. Comunicação de massa na era da informação. In: *A Nova mídia*. Zahar/RJ, 2000.
- FLÔRES JR. Renato. A diversidade cultural e os serviços audiovisuais. In. Dois Ensaios Sobre Diversidade Cultural e o Comércio de Serviços. *Ensaios Econômicos* n° 622. Setembro 2006.
- HOBDEN, Stephen e WYN JONES, Richard. Marxist theories of International Relations. In: BAYLIS, John e SMITH Steve (orgs.) *The Globalization of World Politics*: Oxford: Oxford University Press, 2001.
- LINKLATER, Andrew. The achievements of critical theory. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken e ZALEWSKI, Marysia (orgs.) *Internacional Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge

University Press, 1996.

LUARD, Evan. The imperialism of States. LUARD, Evan (org.) *Basic Texts in International Relations*. Londres: Macmillan, 1992.

MACHADO, Luiz Toledo. *A teoria da dependência na América Latina*. Estudos Avançados. 13 (35), 1999.

MATTELART, Armand. A Globalização das redes de economia pós-nacional. In: *A Globalização da Comunicação*. SP: Edusc. 2000.

_____. *Diversidade cultural e mundialização*. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. *Mundialização, cultura e diversidade*. Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 31, dez. 2006.

_____. *Quem tem medo da diversidade cultural*. Pensamento Único. *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2005-10,a1174>>. Acesso em: 22 dez. 2007.

MENESES SILVA, Marco Antônio. *Teoria Crítica em Relações Internacionais*. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 27, n. 2, julho/dezembro 2005.

RAMONET, Ignácio. Novos Impérios In: RAMONET, Ignácio. *A Tirania da Comunicação*. Petrópolis. Editora Vozes, 1999.

ZALLO, Ramón. *Economía de la comunicación y de la cultura*. Madrid: Akal, 1988.

Data do recebimento: 02/09/2008

Data do aceite: 15/12/2008